

Ilmo. Sr.

**LINCOLN SANTOS LIMA**

**MD. DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA**

**Att.: Sr. Ronaldo Fonseca Francisquini (Pregoeiro)**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº 0011/2026**

**Objeto:** Implantação de Sistema de Registro de Preços, pelo prazo de 12 meses, para eventual contratação de empresa especializada, em planejamento e controle da manutenção (PCM) com foco em manutenção preventiva e corretiva nas áreas de eletromecânica, automação, instrumentação e telemetria, atendimentos operacionais nos conjuntos motobomba das elevatórias e reservatórios, nas estações de tratamento de água e esgoto, nas subestações de energia elétrica e instalação de novos pontos operacionais da CESAMA.

**MANTESTE ELETROMECAÂNICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.408.686/0001-04, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 6503 – Benfica, cidade de Juiz de Fora estado MG, doravante tratada como RECORRENTE, vem, respeitosamente, perante V.Sa., com fundamento no art. 59 da Lei nº 13.303/2016, interpor o presente,

## **RECURSO ADMINISTRATIVO**

em face da decisão que declarou sua inabilitação no certame, pelas razões a seguir expostas:

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

A intenção de recorrer foi manifestada na sessão de 14/04/2026 e acatada na sessão do dia 27/04/2026, conforme ata do sistema, sendo o presente recurso apresentado dentro do prazo previsto no edital.

Tempestivo, portanto.



## II – DOS FATOS RELEVANTES

A decisão de inabilitação fundamentou-se, em síntese, nos seguintes pontos:

- a) vedação editalícia à apresentação de documentos sob a forma de protocolo;
- b) suposta intempestividade da certidão atualizada;
- c) alegação de perda de validade da certidão anteriormente apresentada.

Contudo, tais fundamentos não enfrentam adequadamente a situação fática verificada na sessão pública.

Isso porque a Recorrente apresentou, tempestivamente, **Certidão de Registro e Quitação do CREA/MG com capital social de R\$ 600.000,00**, valor superior ao mínimo exigido pelo item 6.1.4 do edital. Tal documento encontra-se regularmente anexado na plataforma Comprasnet, na seção “Documentação de Habilitação”, subpasta “Qualificação Técnica”, sob o nome “CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA.pdf”, sendo plenamente acessível e verificável pela Comissão no exato momento da sessão pública de habilitação, sem qualquer necessidade de diligência complementar.

Importante destacar que não se trata de juntada posterior de documento ou complementação indevida da habilitação, mas sim do reconhecimento de documento já existente e regularmente apresentado no momento oportuno.

## III – DO DIREITO

### 1. Do cumprimento integral do edital na data da sessão

O requisito editalício foi plenamente atendido no momento da habilitação.

A Certidão do CREA/MG apresentada:

- era válida;
- foi disponibilizada na sessão;
- comprovava capital superior ao mínimo exigido.

Dessa forma, a Recorrente **preencheu integralmente as condições de habilitação econômico-financeira**, nos exatos termos do edital.

### 2. Da inaplicabilidade da vedação ao protocolo como fundamento de inabilitação

A decisão recorrida atribui relevância central ao fato de ter sido apresentado protocolo de atualização cadastral.

Todavia, a vedação constante do item 6.6 do edital não se aplica ao caso como fundamento para inabilitação, pois:

- a habilitação da Recorrente não se baseou em protocolo;
- o requisito foi comprovado por **certidão válida apresentada tempestivamente**.

O protocolo mencionado refere-se exclusivamente à atualização de capital social, constituindo elemento acessório, sem impacto na comprovação do requisito mínimo exigido.

### **3. Da inexistência de perda automática de validade da certidão anterior**

A decisão afirma que a certidão anteriormente apresentada teria perdido validade em razão do protocolo de alteração cadastral.

Com o devido respeito, tal conclusão não encontra amparo técnico.

O simples protocolo de alteração junto ao CREA:

- não implica cancelamento automático de certidão vigente;
- não retira sua eficácia jurídica enquanto não substituída por novo documento válido.

Assim, inexistindo demonstração objetiva de invalidade da certidão apresentada na sessão, sua desconsideração configura erro de julgamento.

### **4. Da violação ao julgamento objetivo e à vinculação ao edital**

Nos termos do art. 31 da Lei nº 13.303/2016, o procedimento licitatório deve observar o julgamento objetivo e a seleção da proposta mais vantajosa.

No caso, houve:

- atendimento literal ao item 6.1.4 do edital;
- apresentação de documento idôneo e suficiente;
- desconsideração imotivada de prova válida.

Tal circunstância compromete a objetividade do julgamento e afronta a vinculação ao instrumento convocatório.

A inabilitação indevida da Recorrente, restringe injustificadamente a competitividade do certame, contrariando os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

### **5. Do formalismo moderado na interpretação das regras licitatórias**



A interpretação das regras do edital deve privilegiar sua finalidade.

Conforme leciona Marçal Justen Filho, o formalismo não pode ser aplicado de modo a afastar licitantes aptos sem ganho efetivo para a Administração.

Na mesma linha, Celso Antônio Bandeira de Mello destaca que o rigor procedimental deve ceder diante da ausência de prejuízo ao interesse público.

A Administração Pública deve pautar sua atuação pela busca da verdade material, não se limitando a aspectos meramente formais, sobretudo quando os elementos necessários à comprovação do direito já se encontram nos autos do procedimento.

No caso concreto, a Certidão (documento oficial emitido por entidade de classe, dotado de fé pública) válida estava regularmente disponível na plataforma no momento da análise, sendo plenamente possível sua verificação pela Comissão, o que afasta qualquer justificativa para a inabilitação da Recorrente.

## **6. Da jurisprudência do Tribunal de Contas da União**

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que:

- **Acórdão 1.793/2011 – Plenário:** falhas formais ou impropriedades irrelevantes não devem ensejar a desclassificação de licitantes quando não comprometam a isonomia ou a obtenção da proposta mais vantajosa;
- **Acórdão 2.622/2013 – Plenário:** deve ser evitado o formalismo excessivo, admitindo-se a consideração de documentos que comprovem condição preexistente;
- **Acórdão 1.214/2013 – Plenário:** é irregular a inabilitação quando a documentação apresentada é suficiente para comprovar o atendimento às exigências editalícias.

Tais entendimentos aplicam-se integralmente ao presente caso, em que a capacidade econômico-financeira da Recorrente foi demonstrada de forma inequívoca na sessão pública.

## **7. Do dever de autotutela administrativa**

Nos termos da Súmula 473 do STF e do art. 53 da Lei 9.784/1999, a Administração deve rever seus atos quando constatada ilegalidade.

A desconsideração de documento válido e suficiente para comprovação do requisito editalício configura vício passível de correção.


## **IV – DO PEDIDO**

Diante do exposto, requer:

- a) o recebimento do presente recurso, nos termos do art. 59 da Lei nº 13.303/2016;
- b) o exercício do juízo de retratação, com a anulação da decisão de inabilitação;
- c) o reconhecimento de que a Certidão do CREA/MG com capital social de R\$ 600.000,00 atendia integralmente ao item 6.1.4 do edital na data da sessão;
- d) o reconhecimento da regularidade da habilitação da Recorrente;
- e) a consequente habilitação da empresa no certame;
- f) subsidiariamente, o encaminhamento à autoridade superior.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Juiz de Fora/MG, 30 de abril de 2026.

  
João Evangelista Ferreira Neto  
CPF 410.059.706-10  
Cargo Sócio Administrador  
MANTESTE ELETROMECCÂNICA LTDA.

**Manteste Eletromecânica**  
CNPJ 13.408.686/0001-04  
CREA 50958

**Anexos:**

- 1. Certidão do CREA/MG com capital de R\$ 600.000,00, válida na data do Certame;
- 2. Tabela de Valores CREA/MG 2026 comprovando igualdade de taxa. Site: <https://www.crea-mg.org.br/anuidade-2026/empresas-anuidade>
- 3. Alteração contratual com capital de R\$ 900.000,00 registrada na JUCEMG
- 4. Comprovativo do e-mail enviado à comissão de licitação